Ministério Público é o defensor do povo ou anjo da guarda da Prefeitura de Foz?

Página s 6 e 7

Tribuna Popular

EXCLUSIVO

Foz do Iguaçu, 17 a 23 de novembro de 2026 | Edição 450 | Ano XII | R$ 3,00

AGORA FALTA DINHEIRO:

GENERAL SILVA E LUNA DESCOBRE QUE PREFEITURA NÃO É ITAIPU NEM PETROBRAS



Acostumado a comandar gigantes bilionárias, o general Joaquim Silva e Luna encontra em Foz do Iguaçu uma realidade bem diferente. Sem os cofres milionários da Itaipu e da Petrobras, prefeito anuncia dificuldades financeiras para 2027 e levanta uma pergunta inevitável: faltam recursos ou capacidade de gestão?

Páginas 3 a 5

Prefeito aumenta passagem e corta benefício dos estudantes

Páginas 8 e 9

PRETO NO BRANCO

FALHA ADM OU INCOMPETÊNCIA?

Estão dizendo que o Prefeito General não conseguira pagar os funcionários públicos nos próximos meses. Seria uma incompetência administrativa ou má gestão mesmo?

NATAL

Como está o andamento dos arranjos de natal por parte da Prefeitura de Foz para o Natal 2026? No ano passado se provou um fiasco de má gestão do dinheiro público? E este ano? Serão os ditos "bambus" novamente? Ou é melhor esquecer aquele quati de bambu?

E O TREVO DO CTG?

Foi à primeira promessa do general ao assumir a prefeitura. Construir com recursos próprios a trincheira do CTG. No fim mostrou-se ser um general "mentiroso".



PRESENTE DE NATAL DO GENERAL E DE ENIO VERRI

Os estudantes ganharam um belo presente de natal do general. E pensar que o articulador do aumento da passagem foi um indicado do Enio Verri na Prefeitura de Foz. Saiu da Itaipu para a Prefeitura para ferrar com os estudantes da UNILA.

"CAVEIRÃO" DA FRONTEIRA

Com os protestos realizado no Bairro Porto Meira, todos acharam que a Guarda Municipal iria usar o "caveirão"o veículo blindado de transporte pessoal (VBPT) para acabar com os protestos. Mas nada, pelo jeito ficou só para demonstração. Que vergonha Almirante Tinoco.

GENERAL E SEU "CAVEIRÃO"

Estão dizendo por ai que o "Caveirão" da Guarda Municipal será o veículo de transporte do Prefeito General, assim ele não levaria pedrada, ovada ou até cusparada. Seria o presente de natal do dito "almirante" para o General.

Tribuna Popular
Jornalismo sem censura
É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana

Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafinorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

POLÍTICA

AGORA FALTA DINHEIRO

General Silva e Luna descobre que prefeitura não é Itaipu nem Petrobras

Acostumado a comandar gigantes bilionárias, o general Joaquim Silva e Luna encontra em Foz do Iguaçu uma realidade bem diferente. Sem os cofres milionários da Itaipu e da Petrobras, prefeito anuncia dificuldades financeiras para 2027 e levanta uma pergunta inevitável: faltam recursos ou capacidade de gestão?

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução



Parece que finalmente chegou o momento de o prefeito de Foz do Iguaçu, general Joaquim Silva e Luna, descobrir uma das diferenças mais elementares entre administrar uma empresa bilionária e governar uma cidade: na prefeitura, o dinheiro não aparece por geração espontânea, não existe uma torneira de bilhões permanentemente aberta e cada centavo precisa ser disputado com planejamento, competência e responsabilidade.

O general descobriu que dinheiro não nasce em árvore

Depois de comandar a Itaipu Binacional e a Petrobras, duas gigantes que movimentam cifras astronômicas, o general desembarcou na Prefeitura de Foz do Iguaçu carregando a imagem de grande administrador.

Agora, diante das primeiras turbulências financeiras mais expressivas, parece que o currículo de comandante de instituições bilionárias começa a enfrentar seu verdadeiro teste de resistência.

E, pelo discurso apresentado nas redes sociais, a situação não parece nada confortável.

Em vídeo divulgado à população, Silva e Luna anunciou que 2027 será um ano difícil para as prefeituras brasileiras, incluindo Foz do Iguaçu.

Até aí, nenhuma novidade extraordinária. Administrar recursos limitados sempre foi parte da rotina de qualquer prefeito.

A diferença é que agora quem precisa fazer essa administração é justamente aquele que construiu parte de sua reputação política sobre a experiência de comandar estruturas gigantescas.

Afinal, administrar bilhões é uma coisa. Fazer uma prefeitura funcionar quando o dinheiro aperta é outra completamente diferente.

Na Itaipu e na Petrobras, os cofres eram bilionários. Na prefeitura, a conta chegou

Quando esteve à frente da Itaipu Binacional, Silva e Luna comandou uma empresa responsável por uma das maiores usinas hidrelétricas do planeta, com receitas bilionárias e uma estrutura financeira incomparável à de uma administração municipal.

Posteriormente, assumiu a presidência da Petrobras, outra gigante econômica, com faturamento de centenas de bilhões de reais.

É evidente que administrar essas instituições envolve desafios técnicos, políticos e financeiros. Ninguém está afirmando que seus dirigentes possuem um cheque em branco ou podem gastar livremente os recursos disponíveis.

Mas existe uma diferença fundamental: são organizações com receitas e capacidades financeiras de uma dimensão que nenhuma prefeitura brasileira consegue reproduzir.

Na Itaipu, a energia produzida gera receitas expressivas. Na Petrobras, a comercialização de petróleo, combustíveis e derivados movimenta valores gigantescos.

Na Prefeitura de Foz do Iguaçu, entretanto, não existe petróleo para vender nem turbina própria para produzir dinheiro.

Existe IPTU, ISS, transferências constitucionais, royalties, despesas obrigatórias e uma população que precisa de serviços públicos funcionando.

É nesse cenário que aparece a verdadeira capacidade de um administrador.

Porque administrar com abundância pode impressionar no currículo. Administrar com escassez é que revela a qualidade do gestor.

E, ao que tudo indica, o general está descobrindo que o orçamento municipal não obedece à hierarquia militar.

Não adianta dar ordem para a arrecadação aumentar. Muito menos colocar os números em posição de sentido.

Receita sobe 4%, despesa dispara 13%: quem estava no comando?

Um dos trechos mais reveladores do pronunciamento do prefeito apresenta números que deveriam provocar preocupação dentro da própria administração.

Segundo Silva e Luna, a arrecadação municipal cresceu apenas 4%, enquanto as despesas aumentaram 13%.

Ou seja, os gastos avançaram em ritmo mais de três vezes superior ao crescimento das receitas.

É verdade que percentuais de crescimento, isoladamente, não demonstram déficit orçamentário nem comprovam irregularidade. Para avaliar a situação com precisão, seria necessário conhecer os valores absolutos, os períodos comparados e a composição detalhada das despesas.

Mas os números apresentados pelo próprio prefeito levantam uma pergunta bastante simples.

Onde estava o planejamento financeiro enquanto essa diferença se ampliava?

Afinal, a prefeitura não foi entregue ao general na semana passada.

A administração teve tempo para acompanhar a arrecadação, projetar despesas, revisar contratos, identificar riscos e estabelecer prioridades.

Se os gastos cresciam muito acima das receitas, caberia ao comando municipal demonstrar quais providências foram adotadas para corrigir a trajetória.

O prefeito citou combustíveis, ambulâncias, merenda escolar, materiais de limpeza, terceirizações e previdência dos servidores.

Tudo isso realmente custa dinheiro.

Mas existe algum prefeito no Brasil que tenha assumido o cargo imaginando que ambulâncias funcionariam sem combustível, escolas sem merenda e repartições sem servidores?

Convenhamos!

Essas despesas não surgiram misteriosamente durante a madrugada.

São obrigações previsíveis, próprias de qualquer administração pública.

E justamente por isso exigem planejamento permanente.

POLÍTICA

AGORA FALTA DINHEIRO

A culpa é dos governos anteriores? Essa desculpa já tem prazo de validade

A direita que continuar fazendo campanha para uma eleição que já terminou

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

Como acontece com impressionante frequência na política brasileira, o general também encontrou espaço para mencionar os compromissos herdados das administrações anteriores.

Segundo Silva e Luna, a prefeitura precisou regularizar direitos de servidores, progressões de carreira e benefícios que estavam pendentes.

A justificativa merece ser examinada com atenção.

Se havia direitos legalmente reconhecidos, a obrigação da administração era regularizá-los. Cumprir a legislação não constitui favor político nem demonstração extraordinária de generosidade.

O prefeito declarou:

"Passamos dois anos regularizando isso. […] Mas todos os direitos, quando recebidos, entram na folha de pagamento. E a folha é a maior despesa de qualquer prefeitura do Brasil. Escolhemos pagar".

Muito bem, general!

Mas pagar aquilo que a legislação determina não deveria ser apresentado como um ato heroico.

É obrigação de qualquer governante.

O que precisa ser esclarecido é quanto essas regularizações efetivamente representaram no crescimento das despesas, qual foi o impacto permanente na folha e como esses compromissos foram incorporados ao planejamento orçamentário.

Porque responsabilizar administrações anteriores, sem apresentar a decomposição dos gastos, é uma explicação politicamente conveniente, mas financeiramente insuficiente.

A herança pode explicar parte do problema. Não pode servir de desculpa eterna para a incapacidade de apresentar soluções.

Bloqueio de R$ 29,4 milhões: Planejamento ou freio de emergência?

Outro anúncio feito pelo prefeito foi o bloqueio de R$ 29,4 milhões do orçamento municipal ainda em 2026. Silva e Luna apresentou a decisão como demonstração de antecipação e responsabilidade.

Segundo ele, enquanto outras prefeituras estariam anunciando cortes para o próximo ano, Foz do Iguaçu já teria adotado providências.

Entretanto, existe uma diferença considerável entre planejamento preventivo e necessidade de pisar no freio porque as despesas estão pressionando o orçamento.

O bloqueio de dotações não significa necessariamente que o dinheiro desapareceu dos cofres públicos. Trata-se de uma restrição à execução de despesas anteriormente autorizadas.

Mas a população merece conhecer os detalhes.

Quais secretarias foram atingidas? Quais programas tiveram recursos bloqueados? Houve impacto sobre obras, manutenção urbana, saúde ou educação? Quais despesas foram preservadas?

Sem essas informações, o anúncio de R$ 29,4 milhões pode até produzir uma boa manchete nas redes sociais, mas não permite avaliar a qualidade da decisão administrativa.

E aqui surge outra questão.

Se o planejamento era tão eficiente, por que foi necessário bloquear quase R$ 30 milhões do orçamento?

A resposta pode envolver prudência fiscal diante de receitas menores que as previstas. Mas precisa ser demonstrada com documentos, números e prioridades claramente identificadas.

Transparência não é apenas aparecer diante de uma câmera. É permitir que o contribuinte acompanhe exatamente onde o dinheiro foi aplicado, comprometido ou bloqueado.



General, o prefeito não é comandante de quartel: Precisa saber fazer escolhas

Talvez uma das maiores dificuldades de Silva e Luna esteja justamente na transição entre diferentes modelos de administração.

Uma carreira militar, por mais extensa que seja, não substitui automaticamente a experiência necessária para conduzir uma cidade.

Da mesma forma, ter presidido grandes empresas não significa possuir todas as competências exigidas pela gestão municipal.

Uma prefeitura não funciona como um quartel.

O cidadão não é subordinado. O contribuinte não é recruta. E a Câmara Municipal não deveria funcionar como uma tropa obrigada a concordar com as decisões do comandante.

Administrar uma cidade exige capacidade de negociação, sensibilidade social, definição de prioridades, acompanhamento de indicadores e disposição para corrigir erros.

Exige compreender que uma rua esburacada, uma unidade de saúde sem atendimento adequado ou uma escola com problemas estruturais não são questões secundárias diante de discursos sobre indicadores macroeconômicos.

Para quem espera uma consulta médica, pouco importa se o prefeito já presidiu uma das maiores petrolíferas do mundo.

O que importa é conseguir atendimento.

Para quem enfrenta buracos diariamente, o currículo do general não serve como material para tapar o asfalto.

E para quem depende dos serviços públicos, a experiência em empresas bilionárias só tem valor se produzir resultados concretos na administração municipal.

Currículo impressionante não paga fornecedor, não abastece ambulância e não substitui competência administrativa.

Quando o dinheiro aperta, a primeira obrigação é rever as prioridades

O discurso de dificuldades financeiras também deveria provocar uma revisão rigorosa das escolhas feitas pela própria administração.

Antes de anunciar sacrifícios, o prefeito precisa demonstrar que examinou contratos, cargos comissionados, estruturas administrativas, despesas não essenciais e projetos que possam ser adiados sem prejuízo à população.

Não basta afirmar que combustível, alimentação escolar e saúde estão mais caros.

É necessário mostrar quanto a prefeitura gasta com sua própria estrutura política e administrativa.

Quantos cargos de confiança existem? Qual é o custo mensal dessas nomeações? Houve aumento dessas despesas? Quais contratos foram renegociados? Quais economias foram efetivamente alcançadas?

Essas perguntas são especialmente importantes quando a administração anuncia restrições orçamentárias.

Afinal, economizar em serviços essenciais enquanto eventuais desperdícios permanecem intocados seria uma inversão inaceitável de prioridades.

E não adianta recorrer ao velho discurso de que todos precisam colaborar.

O sacrifício precisa começar pelas escolhas do governo, não pelo cidadão que já paga impostos e espera serviços de qualidade.

POLÍTICA

AGORA FALTA DINHEIRO

Royalties caem, IPVA diminui e o general descobre que não controla tudo

Silva e Luna também atribuiu parte das dificuldades à redução de receitas externas

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

Segundo o prefeito, os royalties de Itaipu caíram 13%, enquanto a arrecadação municipal proveniente do IPVA sofreu redução de 26%, relacionada à diminuição da alíquota promovida pelo Governo do Paraná.

São fatores relevantes e que merecem análise.

Entretanto, a dependência de transferências e receitas sujeitas a oscilações não é nenhuma novidade para a administração pública.

Qualquer planejamento financeiro minimamente consistente precisa considerar cenários desfavoráveis.

Se determinada receita pode diminuir, o orçamento deve contemplar mecanismos de prevenção.

É justamente para enfrentar essas situações que existem projeções, acompanhamento fiscal, reservas e revisão periódica das despesas.

O mais curioso é que Silva e Luna conhece muito bem a Itaipu. Afinal, já comandou a empresa. Agora, na condição de prefeito, precisa lidar com os efeitos de uma redução nos royalties pagos pela própria binacional.

A ironia é inevitável.

Ontem comandava a gigante que movimenta bilhões. Hoje precisa explicar por que uma redução nos repasses ameaça o equilíbrio das contas municipais. E não existe ordem militar capaz de obrigar os royalties a crescerem.

O verdadeiro teste do general começa quando acaba a abundância

Durante campanhas eleitorais, currículos administrativos costumam ser apresentados como garantias de competência. O eleitor é convidado a acreditar que alguém que comandou grandes instituições necessariamente saberá administrar uma cidade.

Mas a realidade costuma ser menos generosa com a propaganda. O tamanho da instituição anteriormente comandada não comprova, por si só, a eficiência de seu dirigente.

A qualidade de uma administração deve ser medida por resultados, capacidade de planejamento, transparência e utilização responsável dos recursos disponíveis.

E agora o general enfrenta justamente o cenário que pode colocar à prova a imagem de gestor experiente. Sem a estrutura financeira da Itaipu. Sem o faturamento gigantesco da Petrobras.

Sem a possibilidade de transformar um problema municipal em uma questão resolvida pela dimensão econômica de uma grande empresa. Agora é preciso escolher prioridades, negociar contratos, equilibrar despesas e entregar serviços públicos com recursos limitados. É a realidade enfrentada diariamente por prefeitos de cidades grandes, médias e pequenas. A diferença é que Silva e Luna chegou ao cargo sustentando uma reputação administrativa que agora precisa demonstrar na prática.

Porque comandar instituições ricas não é certificado vitalício de competência para administrar uma prefeitura.

2027 será difícil para Foz ou para a administração Silva e Luna?

Ao encerrar seu pronunciamento, o prefeito declarou: "Não vamos aqui prometer que 2027 vai ser fácil, porque não vai ser. Nem para nós, nem para nenhuma cidade do nosso país".



A afirmação pode até ser prudente. Mas existe uma diferença entre reconhecer dificuldades e preparar antecipadamente a população para aceitar resultados insatisfatórios.

Se o próximo ano será complicado, o governo precisa apresentar um plano concreto de enfrentamento.

Com metas de economia, revisão de despesas, proteção dos serviços essenciais e mecanismos públicos de acompanhamento. O cidadão não precisa apenas de um diagnóstico pessimista. Precisa saber qual é a solução.

E, sobretudo, precisa compreender por que a administração que prometia experiência e capacidade gerencial agora apresenta um cenário de preocupação financeira.

Não se trata de exigir milagres.

Trata-se de cobrar aquilo que se espera de qualquer prefeito: planejamento, eficiência e responsabilidade.

Afinal, se a experiência administrativa do general era um de seus principais atributos políticos, chegou o momento de demonstrar para que ela serve.

Porque governar uma cidade quando os recursos são limitados exige muito mais do que autoridade, patente e um currículo recheado de cargos importantes.

Exige competência para fazer escolhas difíceis.

General, na prefeitura não existe poço de petróleo nem cofre sem fundo

O pronunciamento de Silva e Luna acaba produzindo um efeito político que talvez sua equipe de comunicação não tenha previsto.

Ao tentar explicar as dificuldades financeiras, o prefeito também expõe a distância entre a imagem do administrador acostumado a comandar estruturas bilionárias e os desafios concretos de governar Foz do Iguaçu.

É possível que parte das dificuldades decorra de fatores externos, obrigações legais e decisões anteriores. Mas isso não elimina a responsabilidade da atual administração de antecipar riscos, controlar despesas e prestar contas de suas próprias escolhas.

Os números apresentados não bastam, isoladamente, para concluir que o município está diante de uma crise provocada por má gestão. Mas são suficientes para exigir explicações detalhadas e questionar a eficiência do planejamento adotado.

O general precisa demonstrar que sua experiência não se limitava a ocupar a cadeira principal de instituições economicamente poderosas.

Precisa provar que sabe administrar quando a realidade exige mais decisões e menos discursos. Porque, enquanto na Itaipu e na Petrobras as receitas eram contabilizadas em bilhões, na prefeitura cada milhão bloqueado pode representar uma obra adiada, um serviço prejudicado ou uma necessidade da população que continuará esperando.

E é justamente nessa hora que o discurso de grande administrador precisa encontrar sustentação nos resultados.

No fim das contas, a pergunta que fica é tão simples quanto desconfortável: Silva e Luna era realmente um grande administrador ou apenas teve a oportunidade de administrar instituições muito ricas? A resposta não virá de um vídeo nas redes sociais. Virá das contas públicas, da qualidade dos serviços e da capacidade de enfrentar 2027 sem transferir para a população o preço das escolhas do próprio governo.

Porque general, na Prefeitura de Foz do Iguaçu, quando falta dinheiro, não adianta bater continência para o cofre. É preciso saber administrar.

POLÍTICA

JUSTIÇA ENTERRADA

Ministério Público é o defensor do povo ou anjo da guarda da Prefeitura de Foz?

Enquanto faltam vagas nos cemitérios e corpos aguardam sepultamento, o Ministério Público consegue suspender processo que cobrava providências da Prefeitura. A pergunta que fica é: quem está sendo protegido nessa história?

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

Foz do Iguaçu é realmente uma cidade surpreendente. Quando o cidadão imagina que já testemunhou todos os absurdos possíveis da administração pública, surge um novo episódio capaz de desafiar a lógica, a paciência e até o bom senso.

Quando o fiscal da lei aperta o freio da Justiça

Desta vez, o protagonista não é apenas o prefeito General Joaquim Silva e Luna, tampouco a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que parece enfrentar dificuldades históricas para resolver a crise dos cemitérios.

O personagem principal é justamente uma instituição que deveria estar na linha de frente da defesa dos interesses da sociedade: O Ministério Público do Paraná (MPPR).

E o que fez o Ministério Público? Em vez de concentrar seus esforços na cobrança de soluções imediatas para a falta de vagas nos cemitérios municipais, resolveu questionar a competência do Juizado Especial que conduzia o processo.

Resultado? Conseguiu uma liminar suspendendo a tramitação da ação.

É isso mesmo! Enquanto a população enfrenta as consequências de anos de omissão administrativa, a discussão judicial que vinha exigindo providências concretas acaba temporariamente paralisada.

Naturalmente, o Ministério Público apresenta argumentos jurídicos para justificar sua iniciativa. Mas existe uma pergunta que nenhuma fundamentação processual deveria conseguir enterrar: A quem interessa, na prática, interromper justamente o processo que estava pressionando o poder público a enfrentar o problema?

O Ministério Público existe para defender quem?

Traduzindo para uma linguagem que qualquer contribuinte consiga compreender: o Ministério Público existe para defender a sociedade, não para funcionar como departamento auxiliar de conveniências administrativas.

E é justamente por isso que a atuação da 9ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu merece questionamentos públicos.

No dia 5 de novembro, o MPPR apresentou mandado de segurança sustentando que o 3º Juizado Especial da Fazenda Pública não teria competência para conduzir a demanda.

No dia seguinte, 6 de novembro, o magistrado Leo Henrique Furtado Araújo, da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, concedeu liminar suspendendo o processo nº 0018474-97.2026.8.16.0030.

Tudo aparentemente dentro dos instrumentos previstos na legislação.

Mas legalidade processual e conveniência para o interesse público não são necessariamente a mesma coisa.



O Ministério Público pode até ter razão quanto à competência judicial. Isso, entretanto, não elimina o dever de explicar por que a suspensão seria a melhor alternativa diante de uma crise que envolve cadáveres aguardando sepultamento.

Afinal, o cidadão precisa de um lugar para sepultar seus familiares, não de uma aula sobre competência jurisdicional enquanto espera por providências.

A Prefeitura não resolve, o processo anda e o MP puxa o freio

A empresa CAMIS Assessoria e Serviços Ltda., responsável pela administração dos cemitérios São João Batista e Jardim São Paulo, ajuizou a ação que deu origem à discussão.

Durante a tramitação, foram relatados o esgotamento das vagas abertas para sepultamento e a permanência de corpos em câmaras frias.

Diante desse cenário, o Judiciário passou a exigir providências do Município, incluindo planos emergenciais e estruturais.

Ou seja, finalmente havia uma cobrança judicial organizada para enfrentar um problema que a administração pública não conseguiu solucionar adequadamente.

E justamente quando o processo avançava, surgiu o questionamento do Ministério Público. A coincidência temporal merece atenção.

Não significa, por si só, que exista favorecimento à Prefeitura. Mas certamente autoriza a sociedade a perguntar se a medida poderá acabar beneficiando quem deveria estar sendo cobrado.

Porque, enquanto os operadores do Direito discutem qual juiz deve conduzir o processo, a falta de vagas continua sendo um problema concreto.

Ex-Secretário do meio ambiente, atual procurador: que bela coincidência

Outro aspecto que merece atenção envolve a estrutura administrativa do próprio Município.

O atual procurador-geral municipal já ocupou a Secretaria de Meio Ambiente, pasta diretamente relacionada às questões que envolvem a infraestrutura cemiterial. Também possui histórico profissional no Ministério Público do Paraná.

Essas circunstâncias, isoladamente, não demonstram qualquer irregularidade, interferência ou favorecimento institucional.

Entretanto, diante da gravidade do problema, tornam ainda mais importante a transparência sobre as providências adotadas durante sua passagem pela Secretaria e sobre a atuação atual da Procuradoria-Geral.

Quais medidas concretas foram tomadas para evitar o esgotamento das vagas? Quais projetos foram elaborados? Quais recursos foram previstos? O que efetivamente saiu do papel? E, principalmente, qual é a posição da Procuradoria diante da suspensão do processo?

Seria interessante conhecer essas respostas.

Porque a população não pode continuar assistindo a uma espécie de campeonato de transferência de responsabilidades, no qual todos conhecem o problema, todos apresentam justificativas e ninguém entrega a solução definitiva.

Como diz o conhecido ditado popular: "Foz não é para amadores".

Pelo visto, administrar a crise dos cemitérios exige uma habilidade extraordinária: conseguir manter o problema vivo enquanto as soluções permanecem enterradas.

POLÍTICA

DIGNIDADE ENTERRADA

R$ 15,9 Milhões para ampliar cemitérios, mas quanto vale a dignidade humana?

Enrique Alliana - Jornalista
Reportagem

O Ministério Público questionou o valor de R$ 10 mil atribuído à causa, observando que a própria concessionária apresentou estimativa de investimentos de R$ 15.947.037,93 para ampliação da infraestrutura.

Também foi mencionada a pretensão de prorrogação contratual por mais 20 anos.

São questões relevantes e que merecem fiscalização rigorosa.

Entretanto, há algo ainda mais importante que os números: a dignidade das famílias.

Quem perde um pai, uma mãe, um filho ou qualquer familiar não deveria precisar enfrentar a angústia adicional de descobrir que o Município não dispõe de estrutura suficiente para garantir o sepultamento.

O serviço funerário não é luxo, favor político ou gentileza administrativa.

É obrigação do poder público assegurar sua continuidade dentro das responsabilidades legais e contratuais.

E quando essa obrigação falha, espera-se que as instituições atuem com firmeza para corrigir o problema.

Não basta discutir quem tem competência para julgar.

É necessário garantir que a discussão processual não transforme a emergência humana em mais uma pendência burocrática.

General Silva e Luna: Até para enterrar os mortos a prefeitura enfrenta dificuldades

O prefeito General Joaquim Silva e Luna também não pode permanecer fora dessa discussão.

Afinal, o comando administrativo do Município está sob sua responsabilidade.

É verdade que a crise dos cemitérios possui antecedentes que ultrapassam a atual gestão. Mas problemas herdados não concedem licença para a inércia.

Quem assume a Prefeitura também assume o dever de enfrentar as dificuldades existentes.

O general, acostumado a comandar grandes estruturas administrativas, deveria compreender que planejamento não se resume a discursos, apresentações e reuniões.

Planejamento exige antecipação, orçamento, execução e resultados.

E quando até a disponibilidade de vagas para sepultamento se transforma em crise judicial, alguma coisa está profundamente errada na gestão municipal.

A população não quer saber quantas reuniões foram realizadas.

Quer saber quantas vagas foram disponibilizadas, quais obras foram executadas e quando a situação estará definitivamente resolvida.

Porque administrar uma cidade não é comandar um quartel onde basta dar ordens. É resolver problemas reais de pessoas reais.

O Ministério Público tem argumentos jurídicos, mas precisa responder à sociedade

É necessário reconhecer que o Ministério Público apresentou fundamentos jurídicos relevantes.

A Lei Federal nº 12.153/2009 exclui da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública determinadas demandas que envolvem direitos ou interesses difusos e coletivos.

A Promotoria também argumentou que o caso exige produção de provas complexas nas áreas de engenharia, topografia, meio ambiente e licenciamento.

Essas questões não podem ser simplesmente ignoradas.

Entretanto, reconhecer a existência de fundamentos jurídicos não significa aceitar que os efeitos práticos da medida fiquem livres do escrutínio público.

Se o processo precisava ser encaminhado a uma Vara da Fazenda Pública, por que não esclarecer quais providências urgentes poderiam ser preservadas?

Quais medidas o MPPR pretende adotar para impedir que a suspensão provoque novos atrasos?

Existe alguma iniciativa paralela para garantir a continuidade dos sepultamentos?

A população merece respostas.

O que não pode acontecer é a discussão sobre competência judicial servir, ainda que involuntariamente, como um confortável intervalo para a administração municipal.

Ministério Público: independência não significa ausência de explicações

Talvez a questão mais preocupante seja a percepção que episódios dessa natureza podem produzir na sociedade.

Quando uma instituição constitucionalmente encarregada de defender o interesse público adota uma medida que suspende uma cobrança judicial contra o poder público, é natural que surjam desconfianças.

Estaria o Ministério Público priorizando uma questão processual em detrimento da urgência social?

A suspensão acabará proporcionando algum alívio à administração municipal?

Quem efetivamente se beneficia do tempo adicional?

São perguntas legítimas, que precisam ser respondidas com transparência, e não tratadas como ataques à instituição.

Não há, nos elementos apresentados, prova de que o Ministério Público esteja atuando a serviço da Prefeitura ou de qualquer pessoa. A independência funcional dos promotores e o controle da competência judicial são garantias importantes.

Mas independência também exige responsabilidade institucional e disposição para prestar esclarecimentos.

A sociedade não pode ser obrigada a escolher entre respeitar o Ministério Público e questionar suas decisões. Pode e deve fazer as duas coisas.

Enquanto os vivos discutem, os mortos continuam esperando

A decisão do Tribunal de Justiça é provisória. Não representa julgamento definitivo sobre a competência do Juizado e tampouco absolve a Prefeitura ou a concessionária de eventuais responsabilidades.

O magistrado responsável pelo processo original deverá prestar informações, e o Município e a CAMIS terão oportunidade de manifestação.

Posteriormente, o Tribunal voltará a analisar a questão.

Enquanto isso, a crise estrutural permanece.

E é justamente aí que reside a maior contradição dessa história.

A Justiça discute qual órgão deve conduzir o processo. O Ministério Público sustenta que a demanda exige outro juízo. A Prefeitura apresenta planos. A concessionária relata dificuldades.

E o cidadão?

Continua esperando que alguém resolva o problema.

Talvez esteja na hora de lembrar que os cemitérios não existem para atender às conveniências administrativas, jurídicas ou políticas de ninguém.

Existem para garantir um serviço público essencial e preservar a dignidade humana.

O Ministério Público tem todo o direito de questionar a competência judicial. Mas também tem o dever constitucional de defender os interesses da sociedade.

E a Prefeitura tem a obrigação de apresentar soluções, independentemente de qual magistrado esteja conduzindo o processo.

No fim das contas, a pergunta permanece: quem está defendendo o cidadão de Foz do Iguaçu?

Porque, diante de tantos argumentos jurídicos, planos administrativos e disputas processuais, começa a parecer que a única coisa com vaga garantida nos cemitérios municipais é a velha e conhecida omissão do poder público.

E, se depender apenas de discursos, essa omissão ainda corre o risco de receber um túmulo de luxo, com direito a placa comemorativa e inauguração oficial.

Afinal, em Foz do Iguaçu, até a incompetência administrativa parece ter direito a sepultamento digno. O cidadão, infelizmente, continua esperando.

POLÍTICA

CRUELDADE

General Silva e Luna aumenta passagem e corta benefício dos estudantes

Enquanto o prefeito prepara um presente de Natal indigesto para trabalhadores e estudantes, cinco vereadores tentam impedir que a população pague a conta da falta de planejamento da administração municipal

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução



Parece que o prefeito de Foz do Iguaçu, General Joaquim Silva e Luna, encontrou uma fórmula extraordinária para resolver os problemas financeiros da administração municipal: colocar a mão no bolso da população.

O general descobriu a solução: Quando falta dinheiro, quem paga é o povo

Depois de anunciar dificuldades orçamentárias para 2027, o prefeito resolveu antecipar o sofrimento dos iguaçuenses. A partir de 4 de dezembro, a passagem do transporte coletivo deverá saltar de R$ 5 para R$ 6, um reajuste de nada menos que 20%.

Mas a generosidade administrativa não termina aí. O general também decidiu reduzir pela metade as passagens gratuitas dos estudantes durante os dias úteis.

Afinal, na lógica aparentemente adotada pelo Executivo, estudar demais pode representar um perigo para as finanças municipais.

Cinco vereadores resolvem enfrentar a canetada do general

Felizmente, nem todos na Câmara Municipal parecem dispostos a assistir de braços cruzados ao espetáculo. Cinco vereadores assinaram dois projetos de decreto legislativo apresentados em 6 de novembro para tentar barrar as medidas.

A iniciativa é da vereadora Yasmin Hachem (PT), com apoio de Beni Rodrigues Pinto (PP), Adnan Abdallah El Sayed (PSD), Márcia Bachixte Furlan (PSD) e Anice Gazzaoui (PP).

Os parlamentares questionam a legalidade dos decretos e a ausência de melhorias proporcionais no transporte coletivo.

E convenhamos: cobrar mais caro por ônibus superlotados, atrasados e com problemas de conservação parece uma promoção às avessas. O passageiro paga mais para continuar enfrentando os mesmos problemas.

Estudante que se vire: A educação agora tem limite de viagens

A segunda canetada consegue ser ainda mais indigesta. O prefeito reduziu de quatro para duas as viagens gratuitas diárias dos estudantes, de segunda a sexta-feira.

Curiosamente, aos sábados, domingos e feriados, permanecem quatro viagens gratuitas. Seria interessante descobrir qual foi a genialidade técnica que inspirou essa decisão.

Será que alguém na Prefeitura acredita que os estudantes precisam circular mais nos feriados do que nos dias de aula?

E quem estuda em período integral? Quem precisa frequentar laboratórios, realizar estágios obrigatórios ou participar de atividades extracurriculares?

Pelo visto, terá de encontrar dinheiro onde muitas famílias já não conseguem encontrar nem para as despesas básicas.

O prefeito fala em equilíbrio financeiro, mas quem corre o risco de ficar desequilibrado é o orçamento das famílias.

Na Itaipu e na Petrobras era uma realidade; na Prefeitura, outra história

Silva e Luna comandou gigantes como Itaipu e Petrobras, instituições que movimentam cifras bilionárias. Agora, diante das limitações financeiras de uma prefeitura, parece descobrir que administrar recursos escassos exige muito mais do que discursos, decretos e justificativas.

É justamente nos momentos de dificuldade que se revela a capacidade de um administrador. Aumentar tarifas e reduzir benefícios pode ser relativamente simples. Difícil é apresentar soluções que preservem os direitos da população sem comprometer as contas públicas.

POLÍTICA

VEREADORES SUBORDINADOS

E os outros vereadores? Vão defender o povo ou a caneta do general?











Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

Enquanto cinco parlamentares tentam barrar o tarifaço do Prefeito General Silva e Luna, o silêncio dos demais levanta uma pergunta: Foram eleitos para defender os trabalhadores ou para proteger os interesses políticos do prefeito?

Nove vereadores, muitas desculpas e um silêncio ensurdecedor

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu possui 15 vereadores. Cinco já assinaram projetos para tentar impedir o aumento de 20% na passagem do transporte coletivo e a redução pela metade do passe livre estudantil nos dias úteis.

E os demais? Onde estão Adriano Rorato (PL), Balbinot (PSDB), Bosco Foz (PL), Cabo Cassol (PL), Dr. Ranieri Marchioro (Republicanos), Evandro Ferreira (PSD), Maninho (PSDB), Paulo Debrito (PL) e Sidnei Prestes (Podemos)?

Esses nove parlamentares precisam explicar à população se apoiarão os projetos ou se preferirão deixar a caneta do General Joaquim Silva e Luna decidir o destino dos trabalhadores.

BALBINOT: O Porto Meira vai pagar a conta calado?

O vereador Balbinot deveria explicar aos moradores do Porto Meira, região de forte presença trabalhadora, por que ainda não aparece entre os signatários.

Será que os trabalhadores que dependem diariamente dos ônibus não merecem uma manifestação pública de seu representante?

Cabo Cassol: Força, honra e obediência ao general?

O vereador Cabo Cassol, conhecido pelo discurso de "Força e Honra", costuma demonstrar valentia nas redes sociais.

Mas será que terá a mesma disposição para contrariar o prefeito? Afinal, parece que a patente de cabo continua respeitando a hierarquia quando o assunto envolve um general.

Ranieri: Líder do prefeito ou representante do povo?

O vereador Dr. Ranieri Marchioro, identificado politicamente com a administração municipal, também precisa esclarecer sua posição.

Afinal, sua prioridade será defender as decisões do Executivo ou questionar um reajuste que atingirá diretamente o orçamento das famílias?

Ser aliado do prefeito não significa receber autorização para esquecer a fiscalização.

Bosco, Evandro e Maninho: Cadê a defesa dos trabalhadores?

Bosco Foz, conhecido por suas posições políticas à direita, precisa demonstrar que sua atuação não se resume aos discursos ideológicos.

Evandro Ferreira também deveria lembrar que o transporte coletivo não distingue direita, esquerda ou classe social. A passagem de R$ 6 pesa no bolso de qualquer trabalhador.

Já Maninho, recém-chegado à Câmara, tem uma excelente oportunidade para mostrar independência. Ou começará sua passagem pelo Legislativo praticando a velha política do silêncio conveniente?

Paulo Debrito, Sidnei e Rorato: A fidelidade é ao eleitor ou ao prefeito?

O presidente Paulo Debrito, interessado na continuidade de seu comando na Câmara, deveria lembrar que defender os interesses da população é mais importante do que qualquer articulação interna.

Sidnei Prestes, que alimenta ambições políticas maiores, também precisa dizer de que lado está. Afinal, quem sonha administrar Foz deveria começar demonstrando preocupação com quem depende do transporte público.

E Adriano Rorato? Sua proximidade partidária com o prefeito não elimina sua obrigação de fiscalizar.

O General manda, mas a câmara não é quartel

Os projetos ainda precisam passar pelo exame jurídico e político da Câmara. Para sustar os decretos, será necessário demonstrar que o Executivo ultrapassou os limites de seu poder regulamentar.

Entretanto, nada impede os vereadores de exigir estudos técnicos, transparência e justificativas para o aumento.

O presente de Natal do general já está anunciado: passagem mais cara e menos gratuidade para estudantes.

Agora, a população precisa descobrir quem pretende questionar esse presente indigesto e quem prefere assistir em silêncio. Porque vereador não foi eleito para bater continência ao prefeito. Foi eleito para representar o povo. E quem se cala diante de uma decisão tão impopular precisa explicar muito bem o motivo.

POLÍTICA

POLÍTICA INTERNACIONAL

O milagre de Javier Milei: Combustível dispara, salário encolhe e bolsonaristas aplaudem

Gasolina nas alturas, salário no chão e bolsonaristas chamando isso de milagre econômico

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução



Enquanto a gasolina argentina acumula alta de 369% e o salário mínimo sobe apenas 155%, admiradores brasileiros de Javier Milei continuam vendendo nas redes sociais a fantasia de que o modelo econômico argentino deveria ser implantado no Brasil.

O paraíso dos fanáticos e o pesadelo do trabalhador

Existe uma espécie de milagre econômico que somente alguns bolsonaristas radicais conseguem enxergar. É o famoso milagre de Javier Milei, presidente da Argentina, transformado em ídolo por setores da extrema direita brasileira que parecem acreditar mais nas mensagens encaminhadas pelo WhatsApp do que nos números da economia.

Para esses admiradores, Milei seria o exemplo de presidente que o Brasil deveria copiar. Privatizações, cortes de gastos, redução da presença do Estado e uma motosserra imaginária sobre as políticas públicas aparecem como receitas infalíveis para a prosperidade.

Mas existe um pequeno inconveniente nessa história: os números não cabem dentro da propaganda.

Desde que Milei assumiu a Presidência argentina, em dezembro de 2023, o preço da gasolina súper, tomando como referência levantamentos feitos da YPF na cidade de San Javier, na província de Misiones, passou de 485 pesos para aproximadamente 2.275 pesos por litro em novembro de 2026.

Um aumento nominal de impressionantes 369,07%.

Enquanto isso, o salário mínimo argentino passou de 156 mil pesos para 398.800 pesos mensais, uma elevação de 155,64%.

Ou seja, o combustível subiu proporcionalmente muito mais que o salário mínimo.

A motosserra cortou o poder de compra

Talvez os defensores brasileiros de Milei precisem de uma calculadora antes de encaminhar a próxima mensagem comemorando o suposto paraíso argentino.

Em dezembro de 2023, um trabalhador que recebia o salário mínimo poderia comprar aproximadamente 321 litros de gasolina super com sua remuneração mensal.

Em novembro de 2026, esse mesmo salário mínimo permite comprar aproximadamente 175 litros.

O retrato da economia argentina

Aumento da gasolina: +369,07%;

Aumento do salário mínimo: +155,64%;

Perda na capacidade de comprar gasolina com um salário mínimo: ?45,5%;

Esta é uma comparação nominal entre dezembro de 2023 e novembro de 2026, usando preços regionais de combustíveis e o salário mínimo nacional.

É uma matemática curiosa: o trabalhador recebe mais pesos, mas consegue comprar muito menos combustível.

Se isso representa prosperidade, talvez seja necessário atualizar urgentemente os dicionários de economia.

O salário mínimo que não compra nem a cesta básica

A situação fica ainda mais preocupante quando observamos o custo de vida.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (INDEC), uma família de quatro pessoas precisava de aproximadamente 1,63 milhão de pesos em setembro de 2026 para superar a linha de pobreza.

O salário mínimo de novembro, de 398.800 pesos, representa apenas cerca de 24% desse valor.

E não se trata de invenção de adversários políticos. O reajuste salarial foi estabelecido pela própria administração argentina, por meio da Resolução 4/2026, depois que representantes dos trabalhadores e empresários não chegaram a um acordo.

Naturalmente, o salário mínimo não representa a remuneração de todos os argentinos, assim como o preço dos combustíveis varia conforme a região. Mas esses indicadores revelam uma realidade que não pode ser apagada por discursos ideológicos.

No WhatsApp, a Argentina é um paraíso. No posto, a conta é outra

O problema não está em defender idéias liberais ou discutir a necessidade de reformas econômicas. Isso faz parte do debate democrático.

O problema começa quando a discussão é substituída pelo fanatismo e pela divulgação de informações falsas ou descontextualizadas.

Nos grupos políticos das redes sociais, qualquer notícia favorável a Milei pode virar motivo de comemoração. Já os dados que mostram dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores parecem receber tratamento diferente: silêncio, desconfiança ou acusações contra quem ousa apresentá-los.

É a economia seletiva. Quando o indicador agrada, vira prova de competência. Quando desagrada, transforma-se em conspiração.

A idolatria política produz uma situação quase cômica: existem brasileiros que defendem com entusiasmo políticas cujas consequências sobre o poder de compra talvez não aceitassem se fossem aplicadas diretamente aos seus próprios salários.

POLÍTICA INTERNACIONAL

A "motosserra" argentina deveria ser importada para o Brasil?

Bolsonaristas querem Milei no Brasil, mas será que aceitariam pagar a conta argentina?

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Divulgação



A pergunta merece ser feita aos admiradores brasileiros do presidente argentino.

Defenderiam com o mesmo entusiasmo um cenário no qual o combustível aumentasse 369% enquanto o salário mínimo subisse apenas 155%?

Aceitariam perder aproximadamente 45% da capacidade de comprar gasolina com um salário mínimo?

E continuariam comemorando se uma família precisasse de mais de quatro salários mínimos para superar a linha de pobreza?



É importante reconhecer que a política econômica argentina também precisa ser avaliada por outros indicadores, incluindo inflação, contas públicas, atividade econômica e investimentos. Nenhum país pode ser analisado exclusivamente pelo preço da gasolina.

Entretanto, uma eventual melhora dos indicadores macroeconômicos não elimina automaticamente as dificuldades enfrentadas pela população.

Equilibrar as contas públicas é importante. Mas transformar o trabalhador no principal responsável pelo sacrifício econômico não deveria ser motivo de comemoração automática.



Foz do Iguaçu conhece a realidade do outro lado da fronteira

Para quem vive em Foz do Iguaçu, o debate tem um significado ainda mais próximo.

A poucos quilômetros está Puerto Iguazú, cidade argentina que compartilha com o município brasileiro uma intensa relação comercial, turística e econômica.

Na Tríplice Fronteira, as diferenças cambiais e os preços dos combustíveis são assuntos cotidianos. Basta acompanhar o movimento de consumidores e comerciantes para compreender que as decisões econômicas de um país repercutem diretamente sobre seus vizinhos.

Por isso, antes de transformar Milei em exemplo obrigatório para o Brasil, seria interessante que seus admiradores analisassem não apenas os discursos presidenciais, mas também o que acontece com o orçamento dos trabalhadores argentinos.

Afinal, a realidade não pode ser medida somente pelo entusiasmo de quem compartilha vídeos políticos.

Quando a ideologia vale mais que o dinheiro no bolso

A grande ironia é que muitos dos que defendem a importação do modelo argentino também se apresentam como defensores intransigentes da família, do trabalhador e da prosperidade nacional.

Mas qual prosperidade existe quando o salário perde poder de compra diante de despesas essenciais?

Qual é a vantagem de comemorar uma política econômica sem examinar quem está pagando a conta?

A Argentina não deve ser tratada como um fracasso absoluto nem como um milagre incontestável. O país enfrenta problemas estruturais antigos, e seus resultados econômicos exigem análise séria.

O que merece crítica é a tentativa de transformar uma experiência econômica complexa em propaganda política simplista.

No universo das fake news, basta um vídeo bem editado para fabricar um milagre. Na vida real, porém, o trabalhador precisa de dinheiro para abastecer o carro, comprar alimentos e sustentar a família.

E enquanto alguns bolsonaristas radicais continuam sonhando com uma motosserra semelhante à de Milei no Brasil, os números argentinos deixam uma pergunta bastante incômoda:

Será que esses admiradores querem realmente importar o modelo econômico argentino ou preferem apenas aplaudir a motosserra enquanto ela corta o bolso dos outros?

POLÍTICA

EVENTO

Cultura Trinacional será lançada oficialmente nesta terça-feira (17) em Foz do Iguaçu, reunindo autoridades de cinco cidades de três países

Nova plataforma digital integra a programação cultural da Argentina, Brasil e Paraguai. Solenidade acontece às 16h, na Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, e marca um novo capítulo na cooperação cultural da região trinacional

Da Assessoria
Foto: Reprodução

A região trinacional dará um importante passo na integração cultural nesta terça-feira, 17 de novembro, com o lançamento oficial da plataforma Cultura Trinacional, marcado para as 16h, na Fundação Cultural de Foz do Iguaçu.

O evento contará com a participação prevista de autoridades e representantes dos cinco municípios que integram a iniciativa: Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazú (Argentina), Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco (Paraguai).

Com o conceito "3 países, 5 cidades, 1 destino", a plataforma nasce com a proposta de conectar a programação cultural da região em um único ambiente digital, facilitando o acesso de moradores e turistas às atividades culturais e ampliando a visibilidade dos artistas, produtores e instituições culturais.

Uma iniciativa que conecta cultura, tecnologia e integração regional

A Cultura Trinacional é uma iniciativa desenvolvida pela Majlis Consultoria Internacional, em conjunto com os parceiros e idealizadores Juca Rodrigues e Gilson Souza.

O projeto reúne experiências complementares de seus idealizadores:

- Jihad Abu Ali, CEO da Majlis Consultoria Internacional, atua na articulação institucional e nas relações internacionais entre os municípios.
- Juca Rodrigues, ator, diretor, produtor e gestor cultural, contribui com sua experiência no setor artístico e cultural.
- Gilson Souza, maestro e produtor musical, com atuação em inteligência artificial aplicada à cultura, participa do desenvolvimento das soluções tecnológicas e digitais da plataforma.

Disponível em português e espanhol, a ferramenta foi concebida para reunir informações sobre música, teatro, dança, literatura, artes visuais, feiras, manifestações populares e outras expressões culturais.

Os usuários poderão consultar a programação por cidade, data e categoria, facilitando o planejamento de atividades culturais e incentivando a circulação de visitantes entre os municípios.

Articulação institucional envolveu os cinco municípios

O lançamento é resultado de um processo de articulação institucional iniciado em setembro de 2026, com encontros realizados em Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.

No dia 10 de novembro, os idealizadores também cumpriram uma agenda oficial no Paraguai, com visitas a Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco, onde apresentaram os objetivos e as funcionalidades da plataforma às administrações municipais.



Durante as reuniões, os municípios paraguaios manifestaram interesse em participar da iniciativa e assumiram o compromisso de indicar representantes para colaborar com o fornecimento e a atualização das informações culturais.

A proposta busca estabelecer uma dinâmica permanente de cooperação entre as instituições envolvidas, fortalecendo a divulgação conjunta das atividades culturais e valorizando as identidades locais.

Lançamento oficial na Fundação Cultural de Foz do Iguaçu

A solenidade será realizada em parceria com a Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, presidida por Patrícia Liliana Iunovich, e reunirá os idealizadores do projeto, convidados e representantes institucionais dos municípios participantes.

Durante o encontro, será apresentada oficialmente a plataforma, suas funcionalidades e sua proposta de integração cultural entre os três países.

Mais do que o lançamento de uma ferramenta digital, a iniciativa representa a construção de um novo espaço de colaboração regional, no qual cultura, turismo, tecnologia e relações internacionais se encontram.

Para a Majlis Consultoria Internacional, o projeto reafirma seu compromisso com o desenvolvimento de soluções inovadoras, a cooperação entre governos locais e a valorização das potencialidades da região trinacional.

Serviço

Lançamento oficial da Cultura Trinacional

Data: Terça-feira, 17 de novembro de 2026

Horário: 16h (horário de Brasília)

Local: Fundação Cultural de Foz do Iguaçu - Paraná, Brasil

Municípios participantes: Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú, Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco.

Plataforma: https://www.culturatrinacional.com

CULTURA TRINACIONAL - 3 PAÍSES. 5 CIDADES. 1 DESTINO.

TURISMO

Parque Nacional do Iguaçu realiza o Cataratas Day com 6 mil visitantes

Evento comemorou os 15 anos do reconhecimento das Cataratas como uma das Sete Maravilhas Mundiais da Natureza, com aula de yoga, feirão de oportunidades, conexão em tempo real com a Argentina e passarela aberta com alta vazão

Urbia Cataratas — PNI
Fotos: Urbia+Cataratas/Eagle Eye C.



Em 11 de novembro de 2011, há 15 anos, as Cataratas do Iguaçu eram eleitas uma das Sete Maravilhas Mundiais da Natureza. Neste ano, o Cataratas Day reuniu mais de 6 mil pessoas no Parque Nacional do Iguaçu, nesta quarta-feira, dia 11. Quem passou pela Maravilha Mundial da Natureza aproveitou uma série de atrações que marcaram os 15 anos do reconhecimento, com ingresso gratuito oferecido aos moradores dos 14 municípios lindeiros ao parque.

O parque abriu os portões às 8h, e as atividades começaram com uma aula de yoga no primeiro mirante da Trilha das Cataratas, acompanhada de um cenário especial: uma vazão de aproximadamente 5 milhões de litros de água por segundo.

A programação também contou com plaquinhas para fotos nos principais mirantes da trilha. Um painel interativo promoveu a conexão entre os lados brasileiro e argentino, transmitindo imagens dos visitantes em tempo real nos dois atrativos. A iniciativa possibilitou até mesmo um brinde entre as autoridades presentes nos dois países.

No Centro de Visitantes, a concessionária Urbia+Cataratas realizou um feirão de empregos, com mais de 300 cadastros e entrevistas, além de uma feirinha que reuniu 20 produtores locais.



"O título de Maravilha Mundial da Natureza consolidou as Cataratas do Iguaçu como uma das principais atrações naturais do planeta, ampliando a presença de turistas estrangeiros e mantendo um fluxo constante de visitantes ao longo desses 15 anos. Além disso, reforçou a importância da conservação desse patrimônio natural", comemora Mario Macedo Junior, CEO da Urbia+Cataratas.

O que é o Cataratas Day?

O Cataratas Day celebra o reconhecimento das Cataratas do Iguaçu como uma das Sete Maravilhas Mundiais da Natureza, conquistado em 11 de novembro de 2011, por meio de uma votação popular promovida pela Fundação New7Wonders, que mobilizou mais de 500 milhões de votos em todo o mundo. O evento é realizado pelo Parque Nacional do Iguaçu e pela concessionária Urbia+Cataratas, com apoio da Secretaria Municipal de Turismo e do Visit Iguassu, além da promoção da RPC.

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu

A gestão da visitação turística é realizada pela concessionária Urbia+Cataratas. Administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o parque é reconhecido como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO e é referência internacional em turismo sustentável e conservação da biodiversidade. Também é considerado uma das principais atrações do Brasil e da América Latina, segundo os usuários do Tripadvisor, no prêmio Best of the Best 2026.

Mais informações
contato@cataratasdoiguacu.com.br
cataratasdoiguacu.com.br



Foto: Franz Amorim (Foz F.C)

O Azulão finalizou sua participação na temporada



Foto: Instagram do Paraná Clube

O Tricolor com a classificação para final decidiu disputar a Copa Sul Sudeste de 2027



Foto: Franz Amorim - Foz F.C SAF



Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

Foz do Iguaçu FC

Copa Paraná: Foz F.C. SAF luta, mas é superado pelo Paraná Clube e se despede nas semifinais

Com o placar agregado de 4 a 0 para o Paraná Clube, o Azulão encerrou sua participação na Copa Paraná de 2026 figurando entre os quatro melhores times da competição estadual

A campanha histórica do Foz do Iguaçu F.C. SAF na Copa Paraná de 2026 chegou ao fim na fase semifinal. Enfrentando o Paraná Clube, o Azulão da Fronteira acabou superado nos dois jogos do mata-mata.

■ **Jogo de Ida:** Vitória mínima do Tricolor no ABC No primeiro confronto da eliminatória, disputado no Estádio do ABC, em Foz do Iguaçu, a equipe iguaçuense teve boa atuação e buscou o resultado, mas acabou derrotada por 1 a 0. O único gol da partida foi marcado por Samuel, ainda no primeiro tempo. Apesar do revés em casa, o Azulão manteve viva a esperança de reverter a vantagem do adversário na capital do estado.

■ **Jogo de Volta:** Pressão inicial e definição na Vila Capanema Na partida decisiva, realizada na Vila Capanema, em Curitiba, o Paraná Clube impôs seu ritmo desde os instantes iniciais. O time da casa abriu o placar logo com 37 segundos de jogo, com Coutinho. A situação ficou mais difícil quando o próprio Coutinho sofreu pênalti, convertido por Samuel aos 15 minutos da primeira etapa.

No segundo tempo, o Foz tentou buscar espaços e reagir, mas o Tricolor sacramentou o placar aos 30 minutos, com um gol de Gabriel Pfeifer após rebote na área, fechando o marcador em 3 a 0. O Azulão da Fronteira se despediu da luta pelo título, enquanto o Paraná avançou à grande final.



Tiba cercado por Thiaguinho



Foto: Franz Amorim - Foz F.C

Lucas Belém criando uma oportunidade de gol no 1- Tempo para o Azulão

Após a partida, o goleiro André Júnio destacou a campanha realizada pelo Foz e lamentou o gol sofrido logo no início do confronto: **"Fizemos uma campanha importante, chegando até a semifinal. Infelizmente, sofremos um gol logo no início da partida, o que mudou os nossos planos e acabou influenciando no resultado. Quero agradecer a todo o grupo pelo trabalho e pela dedicação durante a competição"**, afirmou o arqueiro.

O técnico Ageu Gonçalves também avaliou positivamente o percurso da equipe na competição e projetou os próximos passos do clube: **"Entendo que fizemos uma campanha dentro das nossas expectativas. Estou contente com todos os atletas e com o trabalho realizado ao longo da temporada. Agora é levantar a cabeça, seguir em frente e começar a pensar nos próximos passos. Foi uma ótima temporada"**, destacou o treinador.

Com o encerramento da participação na Copa Paraná, o clube volta suas atenções ao planejamento para 2027, ano em que terá pela frente o Campeonato Paranaense da 1ª Divisão e o Campeonato Brasileiro Série D.

Abilio Henrique Bottega
bottega_77
Bottega77 @futebolista2
Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas, críticas e eleogios entre em contato
abiliobottega@hotmail.com

COPA PARANÁ - SUB 20

Vitória e classificação: Foz F.C. SAF Sub-20 supera o Iraty por 3 a 1 e está na semifinal da Copa Paraná

Com gols de Alan, Ianesko e Yuri Reis, Azulão bate o Iraty em casa e enfrenta o Hope na semi

A classificação das Crias do Azulão para a semifinal da Copa Paraná Sub-20 está garantida! Atuando no Estádio do ABC pelo confronto de volta das quartas de final, o Foz do Iguaçu derrotou o Iraty por 3 a 1 - com bolas na rede de Alan, Ianesko e Yuri Reis - e carimbou a vaga após o empate em 2 a 2 registrado no duelo de ida, longe de seus domínios. O próximo desafio da equipe na competição será diante do Hope.

Para a partida decisiva, o treinador Rodrigues Júnior mandou o Foz a campo com Jackson; Ramon, Wallace, Eduardo Gazola e Tiago; Zanoni, Pedrinho e Henry Araújo; Ianesko, Alan e Mohamad.

Os donos da casa impuseram um ritmo forte desde o apito inicial. Logo aos oito minutos, Alan finalizou de média distância e obrigou o arqueiro visitante a fazer grande intervenção. Pouco depois, aos 12, após levantamento de escanteio, Alan disputou pelo alto e a arbitragem marcou penalidade máxima por toque de mão da zaga do Iraty. Com extrema frieza, o próprio camisa 10 cobrou de cavadinha e inaugurou o marcador.

Em vantagem, o time iguaçuense manteve a postura ofensiva. Ramon levou perigo em cruzamento rasteiro pela linha de fundo, Mohamad parou na barreira em cobrança de falta e Henry Araújo desperdiçou boa chance após jogada individual. No entanto, na reta final da primeira etapa, os visitantes chegaram ao empate, deixando tudo igual antes do intervalo.

No retorno do vestiário, o Azulão voltou disposto a retomar a liderança no placar. Com apenas três minutos jogados, Henry Araújo cobrou escanteio e Wallace testou firme na segunda trave, carimbando o poste.

Aos 13 minutos da etapa final (58' no tempo corrido), o comandante Rodrigues Júnior mexeu pela primeira vez, acionando Gui Konczycki na vaga de Henry Araújo. Dois minutos mais tarde, o segundo gol saiu: Pedrinho fez excelente jogada pelo setor esquerdo e a sobra ficou com o centroavante Lucas Ianesko, que bateu de canhota, com sutileza, por baixo do goleiro para colocar o Foz novamente à frente.

Embalado, o time quase ampliou logo na sequência, quando Mohamad avançou pela direita e cruzou; a bola desviou no defensor e explodiu na trave.

Buscando fôlego novo, o treinador colocou Enzo Schenkel no lugar de Luiz Zanoni aos 20 minutos



Foto: Franz Amorim - Foz F.C

O Azulzinho busca o título inédito

(65'). Já aos 34 (79'), promoveu uma troca tripla com as entradas de KlevynChahan, Cristopher e Yuri Reis nas vagas de Mohamad, Pedrinho e Lucas Ianesko.

As alterações surtiram efeito imediato e construíram o gol do alívio. Cristopher acionou Klevyn pelo lado direito, que ganhou terreno e cruzou rasteiro. A bola se ofereceu para Yuri Reis dominar e finalizar com precisão no canto, dando números finais ao triunfo: 3 a 1.

Na saída de campo, o meia Alan enfatizou o poder de reação do elenco diante das adversidades e do clima tenso do duelo: **"Foi um jogo de muita resiliência. Conseguimos superar o adversário, mesmo com todas as provocações durante a partida. Nossa equipe manteve a concentração, mostrou sua qualidade e conseguiu ser superior dentro de campo para conquistar essa classificação."**

O técnico Rodrigues Júnior também enalteceu a entrega dos atletas e a execução tática do que foi preparado durante a semana: **"Quero parabenizar demais essa equipe. Fizemos uma partida muito superior, conseguimos colocar em campo tudo aquilo que trabalhamos nos treinamentos, principalmente na parte ofensiva. Temos um grupo batalhador, que não desiste de nenhuma bola, que ataca, termina as jogadas e é vencedor. Agora é aproveitar esse momento, comemorar a classificação, mas já começar a preparação para o próximo desafio."**

Com o passaporte carimbado, o foco do Foz do Iguaçu se volta integralmente para o embate contra o Hope, válido pela semifinal. Os confrontos estão agendados para os dias 18 e 21 de novembro, com a partida de ida sob o mando do Azulão e a decisão fora de casa.



Paula Costa

POLÍTICA

CONFUSÃO

"Maninho" mal chegou e já mandou metade do gabinete embora

Vereador assumiu em setembro, nomeou quatro assessores e já exonerou dois. Seria desorganização, crise interna ou existe algo que precisa ser explicado?

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

O vereador Valdir de Souza, conhecido como "Maninho", parece ter começado seu mandato com o pé esquerdo. Empossado em 11 de setembro de 2026, nomeou quatro assessores e, pouco tempo depois, exonerou dois. Uma renovação de 50% do gabinete em tempo recorde.

Entrou, nomeou e exonerou

Seria falta de experiência? Difícil acreditar. Maninho já ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Portanto, não é nenhum marinheiro de primeira viagem.

O que aconteceu, Maninho?

A dança das cadeiras desperta questionamentos. Houve divergências políticas, problemas administrativos ou desentendimentos pessoais?

Circulam comentários sobre possíveis desacertos financeiros. Mas comentários não são provas, e qualquer suspeita de irregularidade exige apuração responsável.

Rachadinha? Nem brincando

Foz do Iguaçu já conheceu casos de vereadores condenados pela prática de rachadinha. Isso não significa que exista algo semelhante no gabinete de Maninho. Entretanto, diante da rápida troca de assessores, uma explicação pública seria bem-vinda.

Afinal, vereador, o gabinete é uma repartição pública, não uma porta giratória de agência bancária.



Funcionário Fantasma? Mistério ronda a Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu



Chefe de gabinete estaria sumido da administração, mas será que continua aparecendo na folha de pagamento?

Cadê o chefe? Chamem os caça-fantasmas

Um mistério estaria rondando os corredores da Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu. Segundo relatos de servidores municipais, o chefe de gabinete do prefeito Antonio Luiz Bendo, o conhecido "Bim", estaria desaparecido da rotina administrativa.

O personagem dessa história é Valdumiro Garcia da Rocha, ocupante da chefia de gabinete. A pergunta que circula pelos bastidores é simples: Onde anda o chefe de gabinete?

Salário em dia, presença em mistério?

Se os relatos forem confirmados, a administração terá algumas explicações a oferecer. Valdumiro continua nomeado? Está trabalhando em outro local? Encontra-se afastado? Ou sua exoneração ainda não foi publicada?

Afinal, cargo público não é sessão espírita: A população precisa saber quem está trabalhando e recebendo dinheiro público.

Por enquanto, não há comprovação de irregularidade. Mas uma coisa é certa: Os caça-fantasmas já estão de olho na Prefeitura.

E o prefeito Bim poderia começar esclarecendo o mistério antes que alguém resolva chamar os Ghostbusters.